

CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

GLEICE KELLY ROCHA DE OLIVEIRA CARDOSO

**O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

GLEICE KELY ROCHA DE OLIVEIRA CARDOSO

**O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* São Miguel do Guaporé, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Klayton Santana Porto.

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ- RO

2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Cardoso, Gleice Kely Rocha de Oliveira.

O papel da administração pública no desenvolvimento da educação nos institutos federais / Gleice Kely Rocha de Oliveira Cardoso. - São Miguel do Guaporé, 2026.
35 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Klayton Santana Porto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, São Miguel do Guaporé, 2026.

1. Educação profissional tecnológica. 2. Gestão pública. 3. Políticas educacionais. 4. Inovação. 5. Mercado de trabalho. I. Porto, Klayton Santana (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916

GLEICE KELY ROCHA DE OLIVEIRA CARDOSO

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus São Miguel do Guaporé*, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Klayton Santana Porto.

Aprovado em: 15/12/2025

Dispensado de apresentação de acordo com o Artigo 5º da Resolução nº 28/Reit - Consup/IFRO, de 03 de setembro de 2024.

Orientador do Aluno



Documento assinado digitalmente

GISELE RENATA DE CASTRO

Data: 23/02/2026 17:21:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador do Curso



O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Ciências Sociais Aplicadas, Volume 29 – Edição 153/DEZ 2025 / 15/12/2025

THE ROLE OF PUBLIC ADMINISTRATION IN THE DEVELOPMENT OF EDUCATION IN FEDERAL INSTITUTES

REGISTRO DOI: 10.69849/revistaft/dt10202512151141

Gleice Kely Rocha de Oliveira Cardoso¹

Klayton Santana Porto²

RESUMO

Este estudo buscou investigar o papel da administração pública no desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais, analisando sua atuação na formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais voltadas à formação técnica e tecnológica. Para a elaboração desta pesquisa, foram consultadas referências bibliográficas relevantes, analisadas políticas educacionais e

aplicadas metodologias de diagnóstico, como a matriz SWOT e a árvore de problemas. A investigação permitiu identificar que a falta de investimentos, a burocracia administrativa e a defasagem na capacitação docente são fatores que comprometem o desenvolvimento da EPT. As propostas elaboradas incluem a ampliação dos investimentos na infraestrutura, a modernização dos currículos e o fortalecimento das relações com o setor produtivo. A análise dos dados evidencia que a implementação dessas estratégias pode proporcionar avanços significativos na qualidade da formação profissional e na inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Além disso, a integração de políticas interdisciplinares e o incentivo à pesquisa são fundamentais para consolidar a EPT como um vetor de desenvolvimento econômico e social. A administração pública tem o poder de transformar o cenário educacional, e a busca por eficiência e inovação deve ser uma prioridade para garantir um ensino de qualidade alinhado às demandas contemporâneas.

Palavras-chave: Educação profissional tecnológica; gestão pública; políticas educacionais; inovação; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study aims to investigate the role of public administration in the development of Professional and Technological Education (PTE) within Federal Institutes, analyzing its performance in the formulation, implementation, and evaluation of educational policies focused on technical and technological training. To conduct this research, relevant bibliographic references were consulted, educational policies were analyzed, and diagnostic methodologies such as the SWOT matrix and

the problem tree were applied. The investigation revealed that lack of investment, administrative bureaucracy, and outdated teacher training are key factors hindering the advancement of PTE. The proposed solutions include increased investment in infrastructure, curriculum modernization, and stronger partnerships with the productive sector. Data analysis shows that implementing these strategies can lead to significant improvements in the quality of professional training and in students' integration into the labor market. Furthermore, the integration of interdisciplinary policies and the promotion of research are essential to consolidate PTE as a driver of economic and social development. Public administration holds the potential to transform the educational landscape, and the pursuit of efficiency and innovation must be a priority to ensure high-quality education aligned with contemporary demands.

Keywords: Professional and Technological Education; public management; educational policies; innovation; labor market.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação tem sido cada vez mais exigida pela sociedade, com a expectativa de que seja promovida e oferecida de maneira adequada e equitativa a todos. Seu papel é fundamental na formação do cidadão, sendo, nesse contexto, a administração pública um instrumento de elevada relevância para a intervenção social e econômica no país. Por meio do acesso ao ensino, especialmente à educação profissional e tecnológica (EPT), muitos indivíduos conquistam mobilidade social e superam barreiras impostas pelas desigualdades estruturais. Essa ação tem potencial transformador,

promovendo mudanças não apenas na realidade do indivíduo, mas também em sua família, em seu círculo social e, em última instância, em toda a sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica constitui um modelo de ensino que busca preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, articulando o conhecimento teórico com práticas condizentes com as demandas contemporâneas das diferentes áreas profissionais. Seu objetivo é formar cidadãos não apenas com competências técnicas, mas também com habilidades críticas, criativas e adaptativas, fundamentais para a inovação e a constante transformação do mundo do trabalho. A EPT contempla distintos níveis de formação — desde cursos técnicos até superiores de tecnologia e de qualificação profissional —, possibilitando o acesso à educação por pessoas de diferentes faixas etárias e perfis socioeconômicos, sendo, portanto, uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Ademais, essa modalidade de ensino estimula o empreendedorismo, capacitando profissionais a enfrentar desafios e a propor soluções inovadoras em suas áreas de atuação.

Neste cenário, a administração pública possui a responsabilidade de zelar pela educação e garantir sua oferta formal e qualificada, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos úteis à vida pessoal e profissional dos cidadãos. A educação, idealmente, deve propiciar uma compreensão crítica da realidade social, o que é fundamental para mitigar fenômenos nocivos à coletividade, como o consumismo exacerbado e a alienação cultural.

Segundo Santos e Silva (2019, p. 2), a gestão pública exerce papel central

na realização do interesse coletivo, sendo responsável por assegurar a eficácia do Estado na promoção do bem comum, conforme os princípios estabelecidos nas normas administrativas. Contudo, na prática, muitos agentes políticos desconsideram essa função essencial, o que acarreta má gestão de recursos públicos, prestação ineficiente de serviços e, conseqüentemente, prejuízos financeiros e morais à sociedade.

Dessa forma, a EPT exerce um papel estratégico em múltiplas dimensões sociais — cultural, econômica, científica, política e tecnológica — e torna-se imprescindível para o progresso coletivo. Torna-se relevante, assim, investigar qual é, de fato, o papel da administração pública no desenvolvimento da EPT; de que modo esse papel se concretiza na prática; e quais são os obstáculos e as oportunidades que permeiam esse processo.

A presente pesquisa tem como tema central o papel da administração pública no desenvolvimento da educação, com ênfase na EPT. Propõe-se como objetivo geral: investigar o papel da administração pública no desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais, analisando sua atuação na formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais voltadas à formação técnica e tecnológica. Como objetivos específicos, buscou-se: Compreender os fundamentos conceituais e legais da administração pública e sua interface com a oferta de educação profissional e tecnológica; Identificar e analisar as estratégias e políticas públicas adotadas pelos Institutos Federais com apoio da administração pública para garantir uma EPT de qualidade; Compreender as ações administrativas na gestão educacional, considerando desafios enfrentados e

oportunidades de aprimoramento.

A relevância teórica da pesquisa reside na ampliação do conhecimento acerca do papel da administração pública na promoção da EPT, área de reconhecida importância social. Espera-se que os resultados contribuam para subsidiar a atuação de gestores públicos, proporcionando subsídios teóricos para o aprimoramento da gestão educacional e a construção de políticas públicas mais eficazes, transparentes e alinhadas às necessidades da população.

A realização da pesquisa bibliográfica permitirá a sistematização de conhecimentos relevantes a pesquisadores e gestores interessados na temática, fornecendo subsídios analíticos sobre os desafios enfrentados e as estratégias empregadas na promoção da EPT. Espera-se que isso gere impactos positivos para a sociedade e fomente o debate acadêmico e institucional sobre a função estratégica da administração pública na educação.

A pesquisa bibliográfica constitui o método adotado neste estudo, fundamentando-se na análise de obras já publicadas, como livros, artigos científicos e documentos oficiais, para embasar teoricamente a investigação e ampliar a compreensão do tema (Gil, 2008). Foram selecionadas fontes atualizadas e de reconhecida credibilidade, assegurando a qualidade e a fidedignidade das informações que sustentam a argumentação proposta.

Este trabalho está estruturado em quatro seções principais. Na primeira seção, apresenta-se a introdução e a fundamentação teórica, abordando os principais conceitos e autores relacionados ao tema. A

segunda seção trata da metodologia utilizada, detalhando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. Na terceira seção, são expostos os resultados obtidos e discutidos à luz da literatura revisada. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais, destacando as principais conclusões, limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de ensino que visa à formação de indivíduos para atuar no mundo do trabalho, aliando conhecimentos teóricos e práticos para garantir uma qualificação profissional eficaz. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a EPT abrange cursos de formação inicial e continuada, educação técnica de nível médio e cursos superiores de tecnologia (Brasil, 1996).

De acordo com Frigotto (2018), a EPT não deve ser vista apenas como uma estratégia de capacitação técnica, mas sim como um processo educativo que contribui para a construção crítica do conhecimento e para o desenvolvimento da cidadania. Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatiza que a formação profissional deve estar alinhada às exigências do mercado e às inovações tecnológicas, garantindo que os trabalhadores se adaptem às mudanças constantes do mundo do trabalho (OIT, 2019).

Além de preparar profissionais para o mercado de trabalho, a Educação

Profissional e Tecnológica também desempenha um papel essencial na inclusão social e no desenvolvimento econômico do país. Por meio da capacitação e formação técnica, possibilita que indivíduos tenham acesso a melhores oportunidades, reduzindo desigualdades e contribuindo para a valorização da mão de obra qualificada. Segundo Ciavatta (2020), a EPT deve ser entendida como um direito social e uma ferramenta para o fortalecimento da autonomia dos trabalhadores, permitindo que adquiram conhecimentos que vão além da simples execução de tarefas, mas que incentivam a inovação e o pensamento crítico.

22 A administração pública

A Administração Pública é o anexo de órgãos, serviços e agentes do Estado que visam sanar as demandas da sociedade, sendo entre elas a educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas. Ou seja, a administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos. "Administração pública são as atividades, ou trabalhos que as pessoas jurídicas de direito público desenvolvem por meio de seus representantes para a aquisição, conservação, uso, gozo e reivindicação dos seus bens, direitos e interesses." (OLIVEIRA FILHO, 2018, pág. 01.)

Conforme afirma Moretto Neto (2015, p. 1):

Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil. Existe uma íntima sintonia entre a Administração Pública e o Serviço Público, fazendo pressupor, clara e nitidamente, que a execução deste seja feita privativamente por aquela, quer diretamente, quer por delegação. O fim do Estado é organizar e fazer funcionar os serviços públicos. Outrossim, supõe, igualmente, que a Administração Pública executa o Serviço Público, porque considera indispensável à sociedade a sua existência e, mencionamos, o seu funcionamento.

Com isso pode se observar que a administração pública gera a sociedade se realizada de maneira correta inúmeros benefícios. E deve atuar para garantir que esses direitos sejam assegurados a todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, raça ou gênero.

A administração pública é responsável pelo desenvolvimento educacional da sua população, onde deve oferecer condições adequadas a todos que utilizar do sistema educacional para ter o seu processo de aprendizagem melhorado.

De acordo com Thiry-Cherques (2008, p.178) a responsabilidade social

pode ser entendida da seguinte forma:

A responsabilidade social compreende o dever de pessoas, grupos e instituições em relação à sociedade como um todo, ou seja, em relação a todas as pessoas, todos os grupos e todas as instituições. A responsabilidade social é o que nos faz sujeitos e objetos da ética, do direito, das ideologias e, se quisermos, da fé. É o que nos torna passíveis de sanção, de castigo, de reprovação e de culpa.

A responsabilidade social vai além do cumprimento de normas e regulamentos; ela representa um compromisso ético que permeia todas as esferas da convivência humana. Como destacado na citação, essa responsabilidade não se limita a indivíduos isolados, mas abrange grupos e instituições, exigindo uma postura consciente e comprometida com o bem-estar coletivo. Dessa forma, a ética, o direito e até mesmo as ideologias são influenciados pela mesma, conferindo aos sujeitos um papel de grande relevância na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Além disso, a responsabilidade social implica consequências, sejam elas sanções, reprovações ou até mesmo sentimento de culpa, reforçando a necessidade de ações pautadas na integridade e no respeito mútuo.

23 Políticas públicas aplicadas à educação

O acesso à educação e a permanência na escola é direito de todos, reconhecido na Constituição Federal Brasileira. E as políticas públicas que necessitam avaliar o bom emprego dessa lei, pois elas são uma maneira de garantir que o que está prescrito na lei torne-se realidade a toda a população do país colaborando especialmente para o ensino das populações mais carentes, por meio de políticas públicas que visam sanar esta questão tão visível no Brasil.

Dentre essas políticas públicas pode-se citar o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Este programa abona aquisição e produção de material pedagógico, alimentação escolar e transporte dos alfabetizandos e recursos suplementares para a formação dos alfabetizadores. "Esse é um projeto do Ministério da Educação (MEC) que promove a educação de jovens com mais de 15 anos. Seu objetivo, segundo a própria instituição, é ser "uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade"(UNOPAR, 2022. Pág. 01) .

A EJA é um programa do governo que oferece Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já ultrapassaram a idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar. "Talvez a iniciativa mais conhecida desta lista, o supletivo do EJA, Educação de Jovens e Adultos, tem suas raízes ligadas à Pedagogia de Paulo Freire e destina-se a erradicar o analfabetismo da população brasileira. É um exemplo de política pública redistributiva" (UNOPAR, 2022. Pág. 01).

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) oferece bolsas de estudo, integrais e partidárias (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e em outros de formação específica, em locais

de educação superior privada. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior. “O Programa Universidade para Todos, também do MEC, oferece bolsas de estudos totais e parciais a estudantes da rede pública de ensino que não foram aprovados na faculdade pública. Os critérios de oferta das vagas são a pontuação no Enem e o rendimento médio das famílias” (UNOPAR, 2022. Pág. 01).

Dos esforços comuns da administração pública e com políticas públicas de boa qualidade quando organizados, discutidas e votadas, tomam força de lei, e nasce uma educação de qualidade e oferecida a todos interferindo positivamente na sala de aula (UNOPAR, 2022).

De acordo com Santos e Silva (2019, p.03):

Precisamos entender os processos de formação e responsabilidade social que envolvem a Administração pública e a educação , pois a vida social envolve a vida familiar na convivência humana, portanto os laços de responsabilidade entre todos os envolvidos pressupõem as trocas e apoios avançado de cada sujeito no processo de conhecimento, este processo é fundamental para o crescimento de toda a sociedade e de extrema importância para a organização educacional.

24 O papel da administração pública na EPT

A administração pública desempenha um papel fundamental na promoção e regulação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), garantindo que essa modalidade de ensino atenda às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado assegurar educação de qualidade e oportunidades de formação profissional para todos, contribuindo para a qualificação da mão de obra e para o fortalecimento dos setores produtivos (BRASIL, 1988).

Além da legislação, políticas públicas são elaboradas para estruturar a EPT, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essas iniciativas visam ampliar o acesso à formação técnica e tecnológica, promovendo inclusão social e desenvolvimento regional (MEC, 2021). Segundo Silva (2020), a atuação da administração pública na EPT deve ser pautada pela articulação entre instituições de ensino, setor produtivo e sociedade, garantindo que a formação ofertada esteja alinhada às demandas do mercado de trabalho e às transformações tecnológicas.

Outro aspecto relevante é a necessidade de investimentos na infraestrutura das instituições que oferecem cursos técnicos e tecnológicos, bem como na capacitação de docentes e na modernização dos currículos. A gestão pública tem o compromisso de assegurar recursos e incentivos para que a EPT se mantenha atualizada e eficiente, proporcionando aos alunos uma formação que os prepare para os desafios da economia globalizada.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são um dos principais pilares da EPT no Brasil, sendo instituições públicas que oferecem ensino técnico e superior voltado à formação profissional qualificada. A administração pública exerce um papel essencial no desenvolvimento dessas instituições, garantindo financiamento, regulamentação e políticas educacionais que assegurem a qualidade dos cursos oferecidos.

A Lei nº 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabeleceu os Institutos Federais como centros de excelência para a educação técnica e tecnológica, promovendo pesquisa, extensão e inovação (BRASIL, 2008). Além disso, o Ministério da Educação (MEC) atua na formulação de diretrizes curriculares e na destinação de recursos para infraestrutura, contratação de docentes e ampliação de vagas. Segundo Oliveira (2019), a gestão pública precisa fortalecer os IFs por meio de investimentos constantes, incentivando a modernização dos cursos e o desenvolvimento de projetos que atendam às demandas regionais.

Os Institutos Federais também desempenham um papel crucial na inclusão social, oferecendo oportunidades educacionais para diferentes perfis de estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica. Por meio da administração pública, são implementadas políticas de acesso, como cotas e programas de assistência estudantil, garantindo que mais pessoas possam se beneficiar da EPT e ter melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

A administração pública desempenha um papel essencial no

desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente nos Institutos Federais, que são pilares fundamentais para a formação técnica e científica no Brasil. No entanto, apesar da relevância dessas instituições, diversos desafios comprometem seu pleno funcionamento e impactam a qualidade do ensino ofertado. A insuficiência de investimentos, a burocracia na gestão de recursos e a falta de políticas públicas eficazes para a modernização dos currículos são alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos Institutos Federais na atualidade (OLIVEIRA, 2019).

Para compreender melhor esse cenário, foi utilizada a metodologia da **Árvore de Problemas**, que permitiu identificar as causas e consequências das dificuldades enfrentadas pelos Institutos Federais.

Causas do Problema

- **Falta de investimentos adequados:** O financiamento insuficiente impacta diretamente a infraestrutura das instituições, a aquisição de materiais didáticos, equipamentos tecnológicos e a expansão das unidades de ensino.
- **Burocracia na gestão pública:** Os processos administrativos lentos dificultam a liberação de recursos e a implementação de melhorias nos Institutos Federais.
- **Defasagem na formação de docentes:** A ausência de programas eficazes de capacitação prejudica o preparo dos professores para lidar com inovações tecnológicas e mudanças no cenário educacional.
- **Ausência de políticas educacionais eficazes:** A falta de estratégias governamentais limita a articulação entre os Institutos

Federais e o setor produtivo, dificultando a atualização dos cursos técnicos e tecnológicos.

- **Pouca articulação com o mercado de trabalho:** A formação oferecida nem sempre atende às demandas atuais das empresas, resultando em dificuldades na inserção dos estudantes no mercado de trabalho.

Consequências do Problema

- **Comprometimento da qualidade do ensino:** A falta de recursos e planejamento adequado impacta diretamente a formação acadêmica dos estudantes.
- **Menor oferta de vagas:** A limitação de investimentos impede a ampliação do acesso à educação profissional, reduzindo a inclusão social.
- **Desmotivação de alunos e professores:** A precariedade estrutural e a falta de reconhecimento profissional afetam o engajamento acadêmico.
- **Difficuldade na inserção dos estudantes no mercado:** A formação pode estar desatualizada em relação às exigências do setor produtivo, prejudicando oportunidades profissionais.
- **Redução da inovação e pesquisa:** A ausência de incentivos governamentais impacta o desenvolvimento científico e tecnológico nos Institutos Federais.

Entre as causas centrais, destacam-se a falta de financiamento adequado e a defasagem na capacitação de docentes. Como consequência, observa-se uma diminuição na qualidade do ensino, redução na oferta de vagas e um desalinhamento entre a formação dos

estudantes e as demandas do mercado de trabalho (MEC, 2021).

Por outro lado, esse diagnóstico também revela oportunidades para fortalecer a EPT nos Institutos Federais por meio de políticas de incentivo à pesquisa e inovação, além da ampliação de investimentos na infraestrutura e na capacitação docente. A administração pública pode atuar de forma mais estratégica para melhorar a integração entre os Institutos Federais e o setor produtivo, criando programas de estágio e parcerias que possibilitem uma formação mais alinhada às necessidades da economia nacional (SILVA, 2020).

Dessa maneira, é fundamental que a gestão pública priorize iniciativas que garantam a valorização da Educação Profissional e Tecnológica, reconhecendo o papel dos Institutos Federais como agentes de transformação social e econômica. O aprimoramento da governança e o fortalecimento de políticas educacionais são passos essenciais para garantir que a EPT cumpra seu propósito de formar cidadãos preparados para atuar de maneira qualificada e inovadora no mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base na aplicação da técnica da *Árvore de Problemas*, a fim de identificar os principais entraves à consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelos Institutos Federais. A escolha dessa metodologia se justifica pela sua capacidade de evidenciar relações causais entre problemas centrais, causas secundárias e seus efeitos, permitindo uma análise estruturada e sistêmica do objeto de estudo.

A investigação partiu da constatação de que, embora a EPT represente uma estratégia essencial para o desenvolvimento econômico e social do país ao promover a formação de cidadãos qualificados para o mundo do trabalho, sua efetividade ainda é comprometida por diversos fatores. A partir da construção da árvore de problemas, foram identificadas como causas centrais a falta de investimentos estruturais, a burocracia administrativa e a defasagem na capacitação docente.

Essas causas geram efeitos como a precarização da infraestrutura física e tecnológica, a lentidão na implementação de projetos educacionais, a baixa atratividade dos cursos e a dificuldade de inserção dos egressos no mercado de trabalho. Também foram mapeadas causas secundárias, como a fragmentação das políticas intersetoriais, a ausência de mecanismos de avaliação contínua e a limitada articulação entre os Institutos Federais e o setor produtivo.

A análise foi complementada por uma revisão teórica que integra conceitos da administração pública, gestão educacional, inovação social e economia do conhecimento, permitindo uma compreensão multidisciplinar do cenário. A raiz do problema foi atribuída à insuficiência de planejamento estratégico por parte da administração pública, que ainda opera com modelos gerenciais pouco responsivos às demandas contemporâneas da educação profissional.

Com base nesse diagnóstico, o estudo propõe estratégias de superação, como o aumento dos investimentos públicos, a modernização curricular com foco em competências digitais e socioemocionais, e o fortalecimento das parcerias com o setor produtivo. Além disso, destaca-se a importância da adoção de modelos de gestão pública

participativa (NETO, G. V., 2015), do incentivo à pesquisa aplicada e da formação de redes colaborativas entre instituições de ensino, empresas e sociedade civil.

O rigor metodológico adotado visa garantir que as propostas estejam alinhadas às necessidades reais da população e aos princípios da eficiência, transparência e equidade, que devem nortear a atuação do Estado no campo da educação profissional e tecnológica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais enfrenta desafios relacionados à gestão pública, financiamento insuficiente, falta de articulação com o setor produtivo e ausência de inovação nos currículos. Esses fatores comprometem a qualidade da formação profissional e dificultam a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Para mitigar esses problemas, é necessário adotar estratégias fundamentadas teoricamente, promovendo inovação e eficiência na administração educacional.

Alternativas para Solução

✓ Ampliação do Investimento na Infraestrutura

- O aumento de recursos destinados à infraestrutura dos Institutos Federais permitiria melhorias nos laboratórios, bibliotecas e espaços de ensino, garantindo um ambiente mais adequado para a formação técnica e científica.
- A criação de parcerias público-privadas pode viabilizar o financiamento para expansão e modernização das instalações,

reduzindo a dependência exclusiva de recursos governamentais.

✓ **Capacitação e Valorização dos Docentes**

- A implementação de programas de formação continuada para docentes garantiria que os professores estejam sempre atualizados em relação às novas tecnologias e metodologias de ensino.
- A valorização salarial e o reconhecimento acadêmico dos professores podem motivar profissionais a permanecerem na carreira, assegurando qualidade no ensino.

✓ **Fortalecimento da Articulação com o Setor Produtivo**

- A inclusão de disciplinas que abordem tendências do mercado e tecnologias emergentes pode aumentar a empregabilidade dos alunos.
- O estabelecimento de convênios com empresas locais pode facilitar programas de estágio e aprendizagem, garantindo uma formação mais alinhada às demandas reais do mercado de trabalho.

✓ **Implementação de Políticas de Pesquisa e Inovação**

- Incentivo à produção científica e tecnológica por meio da criação de editais de pesquisa e inovação nos Institutos Federais.
- Desenvolvimento de núcleos de empreendedorismo, capacitando alunos para a criação de startups e iniciativas próprias de inovação.

✓ Revisão e Atualização Curricular

- Reformulação dos currículos para que atendam às necessidades do setor produtivo e considerem as mudanças tecnológicas que impactam cada área do conhecimento.
- Inserção de metodologias ativas de ensino, como aprendizagem baseada em projetos e uso de plataformas digitais interativas.

Quadro 1: Matriz da Intervenção

Objetivos Específicos	Ações	Metas	Indicadores	Recursos (humanos, materiais, equipamentos)	Prazo	Responsáveis
Compreender os fundamentos conceituais e legais da administração pública e sua interface com a oferta de EPT	Realizar levantamento teórico sobre legislação, princípios da administração pública e sua relação com a educação profissional	Produzir capítulo teórico com base em autores e normas legais	Capítulo finalizado e validado pela orientação	Pesquisador, bibliografia especializada, acesso à legislação educacional	1 mês	Autor do TCC e orientador
Identificar e analisar as estratégias e políticas públicas adotadas pelos Institutos Federais com apoio da administração pública	Mapear políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à melhoria da EPT nos IFs	Elaborar relatório com análise crítica de pelo menos 5 políticas	Número de políticas identificadas e grau de impacto na qualidade da educação	Documentos institucionais, entrevistas com gestores, portais oficiais	2 meses	Autor do TCC, gestores dos IFs
Compreender as ações administrativas na gestão educacional, considerando desafios enfrentados e oportunidades de aprimoramento	Aplicar matriz SWOT e árvore de problemas para diagnosticar a atuação administrativa nos IFs	Identificar os principais desafios e oportunidades da gestão educacional	Relatório analítico com diagnóstico completo	Ferramentas de análise, software de dados, equipe técnica	1 mês	Autor do TCC, analista de dados

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A matriz de intervenção elaborada neste trabalho organiza os objetivos específicos em ações concretas, com metas, indicadores e recursos definidos, visando compreender e aprimorar a atuação da

administração pública na oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos Institutos Federais.

O primeiro objetivo da matriz de intervenção busca compreender os fundamentos conceituais e legais da administração pública e sua interface com a EPT. A ação correspondente consiste na realização de um levantamento teórico sobre legislação e princípios administrativos, com a meta de produzir um capítulo fundamentado em autores e normas legais. Essa ação encontra respaldo nas forças identificadas, como a qualidade acadêmica dos Institutos Federais e a qualificação do corpo docente, que favorecem a produção de conteúdo teórico consistente. No entanto, a burocracia institucional e a possível dificuldade de acesso a documentos atualizados, apontadas como fraquezas, podem representar entraves à coleta de dados. Ainda assim, a existência de programas governamentais de incentivo à pesquisa, considerada uma oportunidade, pode facilitar o acesso a fontes qualificadas, embora a redução desses programas, identificada como ameaça, possa comprometer o apoio institucional à pesquisa.

O segundo objetivo visa identificar e analisar as estratégias e políticas públicas adotadas pelos Institutos Federais com apoio da administração pública. A ação proposta envolve o mapeamento de políticas institucionais voltadas à melhoria da EPT, com a meta de elaborar um relatório crítico sobre pelo menos cinco políticas. A estrutura organizacional consolidada dos Institutos, considerada uma força, facilita o acesso a documentos e entrevistas com gestores, contribuindo para a efetividade da ação. Por outro lado, a falta de integração com o setor produtivo, apontada como fraqueza, pode revelar lacunas nas políticas analisadas, exigindo uma abordagem

crítica mais aprofundada. A ampliação de parcerias público-privadas, identificada como oportunidade, pode surgir como tendência positiva nas políticas mapeadas, enquanto a instabilidade econômica representa uma ameaça à continuidade e efetividade dessas estratégias.

O terceiro objetivo da matriz de intervenção propõe compreender as ações administrativas na gestão educacional, considerando os desafios enfrentados e as possibilidades de aprimoramento. Para isso, são aplicadas ferramentas como a matriz SWOT e a árvore de problemas, com a meta de elaborar um diagnóstico completo da atuação administrativa nos Institutos Federais. A qualificação técnica da equipe envolvida e o uso de ferramentas analíticas são forças que favorecem a realização de um diagnóstico preciso. No entanto, a defasagem curricular e a burocracia, identificadas como fraquezas, tendem a aparecer como problemas centrais no diagnóstico. A expansão do ensino híbrido e a criação de núcleos de inovação, consideradas oportunidades, podem ser apontadas como caminhos para superar os desafios identificados. Por fim, a resistência à modernização dos métodos de ensino, destacada como ameaça, pode dificultar a implementação das melhorias propostas.

Dessa forma, a análise integrada entre a matriz de intervenção e a matriz SWOT evidencia que as ações planejadas são coerentes com o contexto institucional da EPT nos Institutos Federais. As forças e oportunidades oferecem suporte à execução das metas, enquanto as fraquezas e ameaças demandam estratégias de mitigação e adaptação. Essa abordagem fortalece a relevância do trabalho e contribui para a construção de propostas viáveis e sustentáveis, alinhadas às demandas

contemporâneas da educação profissional.

Para avaliar a viabilidade dessas ações, foi realizada uma análise estratégica por meio da matriz SWOT, que permite identificar os fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que podem influenciar a implementação das propostas.

Quadro 2: Análise SWOT dos Institutos Federais aplicada ao planejamento estratégico em marketing digital

<p>Forças (Strengths)</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A qualidade acadêmica dos Institutos Federais contribui para a produção teórica consistente e diagnósticos bem fundamentados.<input type="checkbox"/> O corpo docente e técnico é altamente qualificado, com capacidade analítica e propositiva para desenvolver ações estratégicas.<input type="checkbox"/> A estrutura organizacional consolidada facilita o acesso a documentos institucionais e a interlocução com gestores.<input type="checkbox"/>	<p>Oportunidades (Opportunities)</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Programas governamentais de incentivo à pesquisa e inovação podem apoiar a produção teórica e os diagnósticos institucionais.<input type="checkbox"/> A expansão do ensino híbrido e digital permite alcançar um público mais amplo e diversificado.<input type="checkbox"/> A criação de núcleos de inovação e empreendedorismo pode fortalecer a relação entre educação e desenvolvimento tecnológico.<input type="checkbox"/> A ampliação de parcerias público-privadas oferece alternativas de financiamento e apoio à implementação de políticas educacionais.
<p>Fraquezas (Weaknesses)</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A burocracia nos processos administrativos dificulta o acesso a dados e pode atrasar a execução das ações propostas.<input type="checkbox"/> Existe uma defasagem curricular que compromete a conexão entre a formação acadêmica e as demandas do mercado de trabalho.<input type="checkbox"/> A dependência de financiamento público limita a expansão das ações planejadas e a modernização da infraestrutura.<input type="checkbox"/> Falta uma integração efetiva entre os Institutos Federais e o setor produtivo, o que reduz a aplicabilidade das políticas mapeadas.	<p>Ameaças (Threats)</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> A instabilidade econômica pode comprometer o financiamento público e a continuidade das políticas educacionais.<input type="checkbox"/> A redução de programas de incentivo à pesquisa afeta diretamente a viabilidade das ações propostas.<input type="checkbox"/> Os Institutos Federais enfrentam dificuldades para se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas do setor produtivo.<input type="checkbox"/> Há resistência à inovação por parte de alguns segmentos acadêmicos, o que pode dificultar a implementação das melhorias sugeridas.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise da matriz SWOT revela que as alternativas mais viáveis para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais estão diretamente relacionadas ao aproveitamento das forças

institucionais e das oportunidades externas, ao mesmo tempo em que propõem soluções para mitigar as fraquezas e enfrentar as ameaças identificadas.

A qualidade acadêmica dos Institutos Federais, aliada à qualificação do corpo docente e à estrutura organizacional consolidada, constitui um ambiente favorável à implementação das ações propostas na matriz de intervenção. Esses elementos internos fortalecem a capacidade institucional de produzir diagnósticos precisos, elaborar propostas fundamentadas e conduzir processos de modernização pedagógica.

Entre as oportunidades externas, destaca-se a ampliação das parcerias público privadas, que pode minimizar os impactos da dependência de financiamento público, uma das principais fraquezas apontadas. Essas parcerias têm o potencial de viabilizar recursos para infraestrutura, inovação e programas educacionais, contribuindo para a superação das limitações orçamentárias e para a expansão da oferta de ensino técnico e tecnológico. A capacitação contínua do corpo docente, viabilizada por programas de incentivo à pesquisa e à formação, representa uma estratégia eficaz para enfrentar a resistência à inovação e promover a atualização dos métodos de ensino. Essa ação fortalece a qualidade pedagógica e alinha a formação profissional às exigências contemporâneas do mercado de trabalho. Além disso, o fortalecimento da relação entre os Institutos Federais e o setor produtivo é essencial para superar a falta de integração institucional, considerada uma fraqueza relevante. Essa aproximação proporciona benefícios diretos aos estudantes, como uma formação mais conectada às demandas profissionais e maior facilidade de inserção no mercado. A reformulação curricular e o incentivo à pesquisa aplicada também se destacam como

estratégias que aumentam a relevância científica e tecnológica da formação, posicionando os Institutos como polos de inovação e desenvolvimento regional.

Por fim, ao considerar essas estratégias em diálogo com os fatores identificados na matriz SWOT, observa-se que os impactos positivos das intervenções propostas podem maximizar a eficiência da administração pública na gestão da EPT. Isso contribui para que os Institutos Federais cumpram sua missão institucional de promover uma educação de qualidade, gerar oportunidades e impulsionar o desenvolvimento econômico e social nas regiões em que estão inseridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração pública desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da educação, atuando desde a formulação de políticas até a gestão e alocação de recursos, garantindo a eficácia dos sistemas de ensino. A análise realizada evidencia que a implementação de estratégias mais eficientes e integradas pode gerar impactos positivos significativos, beneficiando não apenas as instituições de ensino, mas também a sociedade como um todo.

As propostas apresentadas visam ampliar o acesso à educação de qualidade, reduzir as desigualdades no ensino e fortalecer as políticas públicas voltadas à formação dos cidadãos. Embora a aplicação dessas soluções dependa de uma série de fatores, sua reflexão aprofunda a compreensão dos desafios enfrentados e fomenta debates sobre inovação na administração pública. A promoção de melhorias

estruturais e metodológicas na gestão educacional pode resultar em avanços concretos na formação dos estudantes, preparando-os de maneira mais eficiente para as demandas do mercado de trabalho e para o desenvolvimento social.

Um dos principais benefícios da abordagem sugerida é a otimização da gestão educacional por meio do uso de indicadores de desempenho e tecnologias educacionais, permitindo maior eficiência na tomada de decisões. A integração de políticas multidisciplinares possibilita um ambiente de ensino mais equilibrado e inovador, tornando a experiência educacional mais dinâmica e conectada às exigências da sociedade moderna. O investimento contínuo na capacitação dos profissionais da educação também se apresenta como um fator essencial para o aprimoramento da qualidade do ensino, incentivando práticas pedagógicas atualizadas e eficazes.

Além dos impactos diretos no ambiente escolar, as contribuições propostas fortalecem a base científica da administração pública, viabilizando a incorporação de pesquisas e metodologias inovadoras ao processo de tomada de decisões. Esse aprimoramento não se limita ao setor educacional, mas gera efeitos positivos em toda a sociedade, promovendo melhores condições para o desenvolvimento econômico e social. A formação de cidadãos qualificados e preparados para os desafios contemporâneos favorece um progresso sustentável, impulsionando avanços em diversas áreas do conhecimento.

Assim, este estudo não apenas busca compreender os desafios da educação pública, mas também propõe caminhos viáveis para seu aperfeiçoamento, tendo como referência abordagens interdisciplinares

e fundamentadas em rigor científico. A administração pública tem o poder de transformar a realidade educacional, e a busca por eficiência e inovação deve ser constantemente valorizada como um elemento essencial para a construção de um futuro mais justo e acessível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF, 2008.

CIAVATTA, M. **Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

FRIGOTTO, G. **Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2018.

FILHO, João De Oliveira. **Conceito De Administração Pública.**

Disponível em:

<file:///C:/Users/Master/Downloads/admin,+conceito.pdf>. Acesso em: 28/06/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São

Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF, 2021.

NETO, Luís Moretto, 2015. **Administração pública**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4467579/mod_resource/content/1/Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20-%20Neto%2C%20G%20V..pdf>. Acesso em: 28/06/2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório sobre educação e formação profissional**. Genebra, 2019.

OLIVEIRA, R. **Políticas públicas e desafios da educação profissional nos Institutos Federais**. Recife: Editora Acadêmica, 2019.

SANTOS, Karoline Lobo Dos. SILVA, Vanilza Jordão. **O papel da Administração Pública na Rede Municipal de Ensino: Desafios X Possibilidades**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 12, Vol. 02, pp. 133-150. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/rede-municipal-de-ensino>>. Acesso em: 30/06/2024.

SILVA, J. **A importância da administração pública na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Universitária, 2020.

UNOPAR. **O que são políticas públicas e como funcionam na educação?**. Disponível em: <<https://blog.unopar.com.br/o-que-sao-politicas-publicas/>>

[utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=&utm_content=&utm_campaign=&gad_source=1&gclid=Cj0KCQj_wcB&gclsrc=aw.ds#Como_as_politicas_publicas_influenciam_a_educacao](https://www.google.com/search?q=ut...)>. Acesso em: 29/06/2024.

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* São Miguel do Guaporé. E-mail: gleicekelyrochadeoliveira@gmail.com.

²Doutor e mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFRB). Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações em Ciências da Natureza e Matemática. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade da UFRB e do Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, Formação de Professores e Tecnologias (GEPFPT/UFRB/CNPq),.ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4024-6737>. E-mail: klaytonledoc@gmail.com.br.

[Post anterior](#)

[Post seguinte](#)

RevistaFI

A RevistaFT têm 30 anos. É uma **Revista Científica Eletrônica Interdisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis/DOI**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#),

Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp: (21) 99451-7530

WhatsApp: (21) 99217-2623

WhatsApp SP: (11) 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

Fator de impacto FI= 6.684 (segundo maior do Brasil)

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Jornalista Responsável:

Marcos Antônio Alves MTB 6036DRT-MG

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!

Copyright © Revista ft Ltda. 1996 - 2026

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil